

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	10
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	12
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	13
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	24
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	25
10.8 - Plano de Negócios	26
10.9 - Outros fatores com influência relevante	27

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos de mercado:

- i) **Risco de Taxa de Juros:** Consiste na possibilidade da Companhia incorrer em perdas em razão de flutuações da taxa de juros que impactam as despesas financeiras relativas a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC);
- ii) **Risco Cambial:** Consiste em possíveis perdas decorrentes do contrato indexado a moeda estrangeira e de obrigações assumidas relativas ao projeto SGDC; e
- iii) **Risco de Liquidez:** É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros no vencimento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotado pela Companhia, seus objetivos, estratégias e instrumento:

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta estão relacionados a riscos cambiais, taxa de juros e de liquidez.

Risco de Taxa de Juros: Consiste no risco da TELEBRAS contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado. As posições ativas da TELEBRAS, ou seja, os investimentos financeiros da empresa são mantidos em fundos de investimento extramercado, regidos pela Resolução Nº 3.284, de 25 de maio de 2005, e, eventualmente, em fundos exclusivos, estruturados com finalidades específicas.

Estes investimentos possuem riscos inerentes às volatilidades das taxas de juros, spreads de crédito dos títulos que compõem o índice de mercado Anbima (IMA).

No que se refere à exposição das oscilações das taxas de juros, a empresa adota acompanhamento diário dos seus investimentos, reuniões periódicas com os gestores de fundos de investimento, e das áreas de research de *assets* e de bancos (*sell side*), permitindo assim a adequada alocação dos ativos das carteiras dos fundos e dos seus respectivos *duration*, em consonância à projeção de caixa da Companhia. A Companhia monitora, continuamente, a estrutura a termo da taxa de juros (curva de juros de mercado) com o objetivo de avaliar a suas operações.

Risco de Taxa de Câmbio: Esse risco decorre do passivo cambial do Projeto SGDC ser impactado por flutuações nas taxas de câmbio, dado que uma parcela significativa desse passivo está estipulada em dólares americanos. Deve-se considerar que a TELEBRAS não possui receita em moeda diferente do Real, não sendo possível a realização de *hedge* natural da operação.

Em 2013 foi assinado o contrato com a Visiona International BV levando a TELEBRAS a exposição cambial, resultante das oscilações nos preços de moeda estrangeira (USD) no mercado spot, no mercado futuro e de volatilidade.

A TELEBRAS busca mitigar os riscos aos quais está exposta e que impactem seus ativos e passivos, reduzindo os efeitos das oscilações indesejáveis. Dessa forma, foi constituído, em 2013, um fundo exclusivo com o objetivo de *hedge* das exposições em moeda estrangeira.

Risco de Liquidez: Consiste no risco da dinâmica do seu fluxo de caixa, o que é fortemente impactado pelos investimentos e pelos aportes de capital da União. As receitas da empresa ainda não são significativas de forma a garantir relativa estabilidade no caixa da empresa. Dessa forma, a companhia mantém seus investimentos em portfólio com alta liquidez. As disponibilidades da Companhia são acompanhadas diariamente pela Gerência Financeira e comunicada a todos os intervenientes do processo, de forma que a Diretoria acompanha regularmente a situação de caixa da empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, INDICAR ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE ESTAMOS EXPOSTOS OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS. – 2300

Descritos no item anterior 5.2.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE JULGAMOS RELEVANTES

Não existem outras informações relevantes sobre este item “5.4”.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Estrutura Patrimonial da Companhia - Principais Rubricas

Na avaliação da Diretoria, o desempenho da TELEBRAS em 2013 foi satisfatório, apesar de o Resultado Operacional ter se apresentado negativo na ordem de R\$145.756 mil.

Os Diretores da Companhia destacam que o ano de 2013 foi de grande complexidade, diante dos novos desafios apresentados, tais como: a TELEBRAS forneceu infraestrutura de telecomunicações para grandes eventos desportivos e prestou serviços de transmissão de dados para a Copa das Confederações, bem como intensificou a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), a ampliação da carteira de clientes corporativos e o progresso no desenvolvimento do Projeto relativo ao SGDC.

Quanto a estrutura de backbone e backhaul, a rede de fibras ópticas cresceu mais de 4,7 mil km, fruto da execução dos investimentos, colocando em operação 92 novas Estações e a cobertura de 295 municípios com a rede de telecomunicações.

Todas essas ações e investimentos impactaram significativamente os resultados da empresa, com reflexos nos indicadores da companhia e na sua Estrutura Patrimonial.

- i) O índice de Liquidez Corrente da Companhia, que era 3,55 em 2012, apresentou queda em 2013, passando a 1,98 em virtude da diminuição do indicador de Equivalentes de Caixa (queda de 22,2%), que passou de R\$577.085 mil em 2012, para R\$449.230 mil em 2013, bem como o aumento na exigibilidade de curto prazo de 60%, com destaque para o item “fornecedores”, cujo crescimento foi de 61%, passando de R\$75.665 mil em 2012, para R\$121.950 mil;
- ii) O índice de Liquidez Geral da Companhia, em 2012, era de 1,06, passou para 0,69 decorrente da transferência de Recursos para Aumento de Capital que passou de R\$164.260 mil em 2012, para R\$419.872 mil;
- iii) O Endividamento da Empresa, (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Patrimônio Líquido), era, em 2012, de 2,75, passou para 9,06, em virtude do crescimento dos Recursos para Aumento de Capital no Exigível a Longo Prazo;
- iv) Outro indicador de Endividamento, representado pelo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante / Ativo Total, também reflete o aumento no Grau de Endividamento da empresa, pois em 2012 representava 73,40%, passou para 90,06%. No entanto, excluindo-se os valores destinados ao Aumento de Capital, os dados apontam para um equilíbrio entre os graus de endividamento verificados nos exercícios de 2012 e 2013 (56,75% e 54,27% respectivamente).

É importante frisar que a empresa não realizou empréstimos com agentes bancários tanto no exercício de 2012 quanto no exercício de 2013. A Composição do Endividamento (Passivo Circulante / Passivo Circulantes + Passivo Não Circulante)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

indica que houve uma pequena melhora no perfil do endividamento, passando de 0,30 em 2012 para 0,27 em 2013;

O Ativo Total apresentou crescimento da ordem de 18,9% em relação a 2012. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador e de resultados auferidos com as aplicações financeiras dos recursos disponíveis no mercado financeiro.

O Ativo Circulante apresentou decréscimo de 10,4% decorrente do investimento no Imobilizado, tendo em vista a necessidade de novos investimentos na expansão da rede de telecomunicações da TELEBRAS, para fazer frente ao cumprimento de suas atividades operacionais.

O Ativo Não Circulante apresentou, por consequência, evolução da ordem de 73,3% refletindo a transferência de recursos do Circulante para o Imobilizado, em outras palavras, a redução dos valores de liquidez imediata ensejou o aumento dos ativos de expansão da rede de telecomunicações da TELEBRAS.

O Imobilizado representa 36,2% do total do Ativo em 2013, sendo que em 2012 representava 21%, demonstrando claramente o atual estágio da curva de maturidade na gestão da companhia, com aplicações de recursos no montante de R\$217.351 mil, passando de R\$207.864 mil em 2012, para R\$425.215 mil em 2013. Esse aumento está em consonância com os objetivos institucionais de levar Banda Larga para o maior número de municípios e o desenvolvimento dos Projetos Especiais, com destaque para os investimentos do Projeto SGDC. Os números indicam o forte esforço da Companhia em direcionar os recursos disponíveis para a realização de investimentos, tendo por objetivo consolidar e rentabilizar sua rede de telecomunicações.

O Passivo Circulante apresentou aumento de 60,3% no período, em decorrência da majoração da provisão do Programa de Indenização de Serviços Prestados - PISP, provisão para contingência e fornecedores.

Já o Passivo Não Circulante apresentou um aumento de 41,1% por conta basicamente da obrigação da Companhia para com o Acionista Controlador no sentido de transformar o adiantamento em futuro aumento de capital.

O Patrimônio Líquido apresentou queda em relação ao exercício anterior, explicado pela redução do capital social (de R\$719.455 mil para R\$262.543 mil) em decorrência da absorção dos prejuízos acumulados até 31/12/2012, conforme decidido pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, retratado na 96ª AGE, realizada em 28/06/2013. Além disso, o Patrimônio Líquido também foi reduzido em 2013, por conta dos prejuízos apurados no ano. Ainda assim, apresenta-se positivo no montante de R\$116.583 mil.

b. Estrutura Econômica da Companhia - Principais Rubricas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As Receitas Operacionais apresentaram forte crescimento em 2013, em relação ao exercício anterior, com maior tendência de crescimento quanto maior forem os investimentos na capilarização da rede de telecomunicações da Companhia.

Destaca-se a assinatura de 116 contratos comerciais e cerca de 11 Gbps de banda ativada, representando significativo acréscimo na Receita de Serviços, que aliado às solicitações de aumento de banda por parte de alguns clientes reafirmam a qualidade dos serviços prestados e consolidam a relação entre a Companhia e seus clientes.

Os Custos dos Serviços Prestados e Despesas Operacionais - O valor significativo (R\$107.335 mil) - é consequência da ampliação do backbone, representado também pelo aumento das despesas relativas ao aluguel de infraestruturas, custos com operação e manutenção de rede, que deve ser rentabilizada no decorrer de 2014, com vistas à ampliação do faturamento. Dentro do contexto operacional da Companhia, as despesas administrativas estão consentâneas com as necessidades de expansão.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**(i) hipóteses de resgate:**

Não há hipótese de resgate das ações representativas do capital social.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Como não há hipótese de resgate das ações, não há o que se informar a respeito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O volume de recursos alocados no item Caixa e Equivalentes é mais que suficiente para a cobertura dos compromissos de curto prazo assumidos, uma vez que só esse grupo representa 219% dos valores consignados no Passivo circulante da Empresa.

A Diretoria entende que a piora dos indicadores de endividamento e do perfil da dívida é consequência da rubrica de Recursos para Aumento de Capital, que no futuro será incorporado ao Capital Social, ressaltando que a empresa não possui dívidas com instituições bancárias e que tem recursos para a cobertura de suas obrigações de curto prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

A exemplo de anos anteriores, como fonte de financiamento de seu capital de giro, bem como para custeio de seus investimentos, no exercício de 2013, a TELEBRAS contou com recursos transferidos pelo Acionista Controlador (União) para futuros aumento de capital.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

A Empresa já conta com recursos aplicados no mercado financeiro, que garantem a cobertura dos compromissos decorrentes dos investimentos já comprometidos e a comprometer. Caso seja necessário captar recursos para financiamento de suas atividades de investimentos em ativos não circulantes, poderá recorrer ao mercado financeiro e de capitais, contando ainda com fontes de recursos para aumento do capital social oriundas do Acionista Controlador.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Rubricas	Exercícios Findos em:						
	2013			2012			2011
	Valor	AV	AH	Valor	AV	AH	Valor
Ativo Circulante	574,3	49,0%	-10,4%	641,3	65,0%	-8,9%	703,9
Ativo Não Circulante	598,7	51,0%	73,3%	345,5	35,0%	77,5%	194,7
Imobilizado	439,1	37,4%	103,1%	216,2	21,9%	174,4%	78,8
Ativo Total	1.173	100,0%	18,9%	986,8	100,0%	9,8%	898,6
Passivo Circulante	289,5	27,4%	60,3%	180,6	24,9%	-72,9%	666,6
Passivo Não Circulante	767,0	72,6%	41,1%	543,7	75,1%	75,4%	310,0
Passivo Exigível	1.056,5	100,0%	45,9%	724,3	100,0%	-25,8%	976,6
Patrimônio Líquido	116,6	9,9%	-55,6%	262,5	26,6%	-436,5%	-78,0
Passivo Total	1.173,1	100,0%	18,9%	986,8	100,0%	9,8%	898,6

Análise Vertical (AV) = Participação percentual em relação ao agregado superior.

Análise Horizontal (AH) = Evolução % em relação ao ano anterior.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não se utiliza de empréstimos tomados junto ao mercado financeiro e não conta com contratos de financiamentos até o presente momento, pelo fato de contar com aporte de recursos do Acionista Controlador.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica, de acordo com o descrito no item "i";

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Vide quadro do item "f".

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Limites de endividamento: Estatutariamente não há restrições para o endividamento da Empresa, contudo o orçamento aprovado pelo acionista controlador impõe limites

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

para a hipótese de captação de recursos junto ao mercado financeiro, que deve seguir as regras estabelecidas no orçamento das empresas estatais.

Distribuição de Dividendos: A Empresa segue o estabelecido no estatuto social, qual seja, a distribuição a título de dividendos de 25% do lucro apurado no exercício. Primeiramente são atribuídos os dividendos às ações preferenciais de 6% do valor da ação. Em seguida, são atribuídos às ações ordinárias na proporção das ações emitidas. Se ainda houver saldos remanescentes que permitam distribuições, são atribuídos aos acionistas ordinários e preferencialistas em igualdade de condições. Em função do que dispõe o Art. 55 do seu Estatuto Social, diante do resultado apurado no exercício de 2013, não há dividendos a serem distribuídos, tampouco lucro para abater prejuízos acumulados.

Alienação de ativos: Exceto as legais, não há restrições impostas, embora não tenha havido alienação de ativos no exercício de 2013.

Emissão de novos valores mobiliários: A Companhia segue as determinações do estatuto social, em seus artigos 8º, 9º e 10º, e orientação da União, que estabelece os limites dessa forma de captação de recursos junto ao mercado de capitais, desde que consignada no orçamento anual da empresa e aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST.

Alienação de Controle Acionário: O estatuto social da Companhia não prevê esta modalidade. Contudo, a alienação, tal como ocorre com as alienações de ativos, deve ser alvo de oferta pública ao mercado, após aprovação pelo acionista controlador e pela Assembleia Geral.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Como a empresa não se utiliza de empréstimos para o financiamento das suas atividades, o item não se aplica.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Vide respostas dos itens 10.1 "a" e "f".

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a. resultados das operações da Companhia

As Receitas Operacionais apresentaram em 2013 excepcional crescimento de 1.742%, em relação ao exercício anterior, consequência da expansão da rede PNBL, das ações de marketing com a participação em eventos com foco comercial divulgando a marca TELEBRAS, a prospecção de contratos com provedores, clientes corporativos e governo, cujos resultados imediatos foram a celebração de 116 contratos comerciais com cerca de 11 Gbps de banda ativada, bem como o contrato firmado com o Ministério das Comunicações para atendimento à Copa das Confederações e com o Exército Brasileiro.

Os Custos dos Serviços Prestados apresentaram crescimento de 454,8% em 2013, em relação a 2012, consequência da ampliação do backbone e dos custos de operação e manutenção da rede.

Quanto às Despesas, destacam-se os aumentos relativos ao aluguel de infraestruturas, que estão consentâneas com as necessidades de expansão das atividades da empresa.

A TELEBRAS registrou prejuízo consolidado de R\$145.746 mil no exercício de 2013, ante o resultado positivo de R\$40.754 mil do exercício de 2012. Tal resultado foi sobremaneira afetado pelas Despesas Financeiras Líquidas decorrentes dos encargos sobre as contingências no total de R\$33.603 mil e Juros sobre os recursos para Aumento de Capital, no total de R\$22.650 mil.

A expectativa da Diretoria para o próximo exercício é de substancial crescimento das receitas, consolidando a relação da empresa com seus clientes, promovendo o acesso aos serviços de telecomunicações, a assinatura de termos de cooperação técnica com diversos Governos de Estado, promovendo assim o PNBL, implementando ações como a criação de modelo para auxiliar o planejamento e o posicionamento das Estações de Atendimento e o traçado das Redes Metropolitanas dentro dos municípios, bem como o fornecimento de infraestrutura e operação para a Copa do Mundo de 2014.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não se verificaram essas variações no exercício.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No que diz respeito ao resultado operacional, os contratos de fornecimento de insumos, bem como o de prestação de serviços são reajustados por indexadores

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

oficiais, recompondo eventuais perdas inflacionárias. Ainda a respeito do resultado operacional, a Companhia não foi afetada por efeitos da variação cambial. Em relação ao resultado financeiro, os efeitos da taxa de juros e da inflação impactaram negativamente nas aplicações financeiras e com relação aos adiantamentos para futuro aumento de capital do acionista controlador, por serem atualizados pela taxa SELIC.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações contábeis

10.3. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOS RESULTADOS DA COMPANHIA:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

No exercício de 2013 não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Constituição de subsidiária integral TELEBRAS COPA S.A. ("TELEBRAS COPA" ou Controlada): sediada em Brasília – DF, no Setor Comercial Sul, Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "B", 3º andar, CEP 70.308-200, tem por objeto a prestação de serviços de telecomunicações à Fédération Internationale de Football Association – FIFA e seus parceiros e conveniados. A subsidiária funcionará por tempo determinado, desde a data de sua criação, em 07/03/2013, até a data do término dos eventos da Copa do Mundo de 2014, quando então será incorporada pela Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve a realização de operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****10.4. Comentários dos Diretores sobre:****a. mudanças significativas nas práticas contábeis 2013, 2012 e 2011.**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, examinadas por auditores independentes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2013.

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 2013 em relação a 2012.

Quanto ao exercício de 2011, a Companhia refez as Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, juntamente com a reapresentação das Informações Trimestrais do 1º trimestre de 2012, contemplando os ajustes apontados no OFICIO/CVM/SEP/GEA-5/Nº 117/2012, necessários à adequação das citadas Demonstrações Financeiras às normas aplicáveis, em cumprimento à decisão da Comissão de Valores Mobiliários, relativamente ao Processo CVM nº RJ-2011-7085.

Ao refazer as Demonstrações Financeiras de 2011, necessário se fez a reclassificação dos saldos da conta “Recursos Para Aumento de Capital”, do grupo do Patrimônio Líquido para o Passivo Circulante, nos montantes de R\$300.000 mil em 31/12/2011, de R\$7.420 mil em 31/12/2010 e de R\$ 116.671 mil para o Passivo Não Circulante em 31/12/2011.

Em decorrência do refazimento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010, houve um aumento do passivo circulante em 31 de dezembro de 2011, de R\$300.000 mil (R\$7.420 mil em 2010). O passivo não circulante aumentou R\$116.671 mil em 2011 e o Patrimônio Líquido sofreu uma redução de R\$337.673 mil em 2011, para R\$77.998 mil (menos R\$ 22.352 mil para menos R\$29.772 mil em 2010).

Transcrevemos abaixo manifestação dos Auditores Independentes em relação ao refazimento das Demonstrações Financeiras Individuais de 2011 e do ITR 1º Trimestre de 2012, por determinação da CVM: *“Em razão da reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 e das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2012, devido à reclassificação dos recursos capitalizáveis do patrimônio líquido para o passivo circulante e não circulante, por determinação da Comissão de Valores Mobiliários, estamos reemitindo nosso Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 31/12/2011 e o Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais de 31 de março de 2012, datados de 24 de julho de 2012, sem*

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

ressalvas e com ênfases similares as apresentadas anteriormente e com a inclusão de parágrafo de ênfase quanto à continuidade operacional.”

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis, 2011, 2012 e 2013.

A Companhia e sua Controlada mantêm práticas contábeis uniformes.

c. ressalvas a ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2013:**Ênfases**

Tributos a Recuperar: Conforme mencionado na nota explicativa nº VII, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS possui registrado, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$129.331 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Procedimento ocorrido no período permitiu a compensação de R\$18.970 mil, relativos a débitos tributários referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social e Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre aplicação financeira. Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$115.761 mil. O referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Vide informações na Nota Explicativa nº XVI. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos: Conforme descrito na nota explicativa nº XI, “a”, 1, a TELEBRAS efetuou o pagamento de R\$3.430 mil, em 2013, referentes ao restante da integralização de sua participação no capital da Visiona Tecnologia Espacial S.A do total subscrito de R\$4.900 mil, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo que o restante de 51% pertence à parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31/12/2013, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$1.985 mil, devido à perda com equivalência patrimonial, motivada pelos gastos iniciais de constituição e por despesas apropriadas. A perda de R\$2.540 mil foi reconhecida no resultado e ajustada pelo lucro não realizado em operações entre a Coligada e a Companhia. As Demonstrações Contábeis da coligada foram auditadas por outros auditores independentes (KPMG – Auditores Independentes). Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

A TELEBRAS divulga nessa mesma nota explicativa, letra “a”, 2, que em 07/02/2013, foi constituída a empresa TELEBRAS COPA S.A. como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014. Nesta data, foi realizada a

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

integralização inicial de seu capital, no valor de R\$10 mil, correspondentes a 10% do capital total, de R\$100 mil. A Companhia integralizou, em 20/06/2013, os R\$90 mil restantes de sua participação no capital da TELEBRAS COPA S.A., totalizando 100% de sua participação no capital subscrito da subsidiária integral. Em 31/12/2013, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$1.822 mil, devido ao ganho líquido com equivalência patrimonial, motivada por faturamento resultante de prestação de serviços de telecomunicações quando da Copa das Confederações, realizada em julho de 2013, que está representado no resultado da empresa em 31/12/2013. As Demonstrações Contábeis da Controlada foram por nós revisadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou a consolidação de suas demonstrações contábeis individuais com as demonstrações contábeis de sua Controlada, TELEBRAS COPA S.A.

Programa de indenização por serviços prestados (PISP): No decorrer de 2013, a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa, a Companhia complementou sua provisão, que apresenta o saldo no passivo circulante de R\$ 43.297 em 31/12/2013 (R\$ 11.843, em 31/12/2012).

No exercício de 2013, para os colaboradores em exercício na TELEBRAS, foi registrado no resultado o valor de R\$ 20.341 (R\$ 9.381 em 2012). Os valores correspondentes aos empregados cedidos à ANATEL e outros órgãos estão registrados em Outros Ativos Realizáveis. Vide Nota Explicativa X. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis: Conforme mencionado na nota explicativa nº XVII, o saldo de R\$419.872 mil em 31 de dezembro de 2013, corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Aumento de capital: Conforme mencionado na nota explicativa nº XVIII, letra “a”, em 4/07/2012 foi homologado pela 94ª AGE, o aumento do capital social de R\$419.455 mil para R\$719.455 mil, aprovado pela 93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 4 de abril de 2012, com a emissão de 8.743.806 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 28/06/2013 foi homologado pela 96ª A.G.E., a redução do capital social mediante amortização integral dos prejuízos acumulados, no valor de R\$456.309 mil. Como resultado da redução, o capital subscrito e integralizado passou de R\$719.455 mil, em 31/12/2012, para R\$263.145 mil em 31/12/2013. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Planos de benefícios pós-emprego: A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28/12/1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, a qual foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13/01/2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de Entidade Multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “Plano PBS - A” e “Planos de Patrocinadoras”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º/02/2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

1. PBS – A: É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31/01/2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras, posição com a qual a TELEBRAS não concorda, conforme Comunicados ao Mercado, de 10 e 13 de Dezembro de 2013, enviados à CVM.

2. PBS – TELEBRAS: É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31/01/2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26/9/2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS-TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24/4/2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um Capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

Em 31/12/2013, o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes. Cabe ressaltar que a Diretoria da TELEBRAS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS como patrocinadora, com ressalvas e sugestões, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras, processo ainda não concluído em 31.12.2013.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório dos auditores independentes em relação a 2012:**Parágrafos de Ênfase**

Tributos a Recuperar: Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS possui registrado em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$142.045 mil correspondente a impostos a recuperar originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação, procedimento ocorrido no período pela compensação de R\$32.838 mil relativos a débitos tributários referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre folha de pagamento e remuneração a serviços terceirizados de pessoas jurídicas. Ressalta-se também, que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Contrato de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$129.704 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos: Conforme descrito na nota explicativa nº 9.1, a TELEBRAS efetuou o pagamento de R\$1.470 mil, em 18/07/2012, referentes a 30% (trinta por cento) inicial para integralização de sua participação no capital da Visiona Tecnologia Espacial S.A do total subscrito de R\$4.900 mil, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo que o restante de 51% pertence à parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31/12/2012, apresentava um saldo líquido no investimento de R\$1.099 mil, devido à perda com equivalência patrimonial, motivada pelos gastos iniciais de constituição e por despesas apropriadas. A perda de R\$371 mil foi reconhecida no resultado. As Demonstrações Contábeis da coligada estão sendo auditadas por outros auditores independentes. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Programa de indenização por serviços prestados (PISP): Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, o Tribunal de Contas da União – TCU – Segunda Câmara, apreciou e julgou os Recursos de Reconsideração interpostos pela TELEBRAS, Anatel e grupo de empregados da TELEBRAS, no dia 4 de dezembro de 2012, cujo acórdão nº

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

9215/2012 foi publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de dezembro de 2012. No referido acórdão os Excelentíssimos Ministros integrantes da Segunda Câmara decidiram conhecer dos recursos de reconsideração interpostos pelos recorrentes para, no mérito, dar-lhes provimento, a fim de reformar o item 9.9 do Acórdão nº 6.767/2011, fixando o prazo de 60 dias para que a TELEBRAS adote providências com vistas a extinguir o Programa de Incentivo aos Serviços Prestados - PISP, respeitando-se os direitos adquiridos e as legítimas expectativas criadas pelo referido programa. A Diretoria Executiva da TELEBRAS, ao analisar a citada decisão juntamente com a Gerência Jurídica, interpôs embargos de declaração ao referido acórdão, em 19 de dezembro de 2012, solicitando os esclarecimentos necessários, a fim de se dissiparem todas as dúvidas quanto aos direitos dos empregados da TELEBRAS, cedidos ou não. A TELEBRAS encontra-se aguardando o pronunciamento do TCU sobre o assunto. A Diretoria da TELEBRAS, na sua 1136ª reunião realizada em 17/01/2013, aprovou a i) ratificação da extinção do PISP, ocorrida em 16/09/2011, ii) o pagamento das verbas decorrentes do PISP aos empregados que fizeram a opção entre novembro de 2010 e abril de 2011, e iii) acordo judicial com o autor da reclamação trabalhista impetrada por um dos beneficiários do PISP, sendo tais decisões referendadas pelo Conselho de Administração na sua 140ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de janeiro de 2013. Tendo em vista as decisões acima mencionadas, em 31/12/2012 a TELEBRAS efetuou a provisão de R\$11.843 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis: Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, o saldo de R\$164.260 mil em 31 de dezembro de 2012, corrigido pela taxa selic e classificado no passivo não circulante será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Aumento de capital: Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, letra “a”, em 4/07/2012 foi homologado pela 94ª AGE, o aumento do capital social de R\$419.455 mil para R\$719.455 mil, aprovado pela 93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 4 de abril de 2012, com a emissão de 8.743.806 ações ordinárias, sem valor nominal. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Planos de benefícios pós-emprego: Conforme a nota explicativa nº 20, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A – TELEBRAS é patrocinadora da Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios estão descritas na nota explicativa. Cabe ressaltar que o Conselho de Administração da TELEBRAS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS-A como patrocinadora, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras. Como a SISTEL e a TELEBRAS, ainda não dispõem das informações necessárias quanto ao percentual de participação, como patrocinadora do PBS-A, sobre os 50% do superávit registrado nos balancetes da SISTEL, não foi efetuado o provisionamento dos valores a receber, já que o processo se

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

encontra em andamento, conforme dados registrados na Ata da 369ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da TELEBRAS, de 19 de dezembro de 2012, tendo em vista o surgimento de uma decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região no Agravo de Instrumento nº 5020149-60.2012.404.0000/SC em 13 de dezembro de 2012 que suspendeu “qualquer ato de transferência de valores do Plano PBS-A para as patrocinadoras do Plano de Benefícios da Fundação Sistel”. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Evento subsequente: Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, em 21 de dezembro o Ministério das Comunicações informou à TELEBRAS, por meio do Ofício nº 1192/12, a abertura de crédito em favor da Empresa no montante de R\$101.962 mil, relativos a dotações orçamentárias para cobertura das despesas da Empresa com a Copa das Confederações 2013 e com a Copa do Mundo 2014. Informou ainda que estaria repassando à TELEBRAS ainda em 2012 a importância de R\$52.000 mil. Ocorre, porém, que os recursos foram repassados à TELEBRAS em 15 de janeiro de 2013, no valor de R\$52.039 mil e serão registrados como Adiantamento Para Futuro Aumento do Capital Social. Portanto, o saldo remanescente de R\$49.923 mil será repassado no decorrer do exercício. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado: Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da Administração da TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Serão inseridos após a entrega do relatório dos auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELA COMPANHIA (INCLUSIVE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS):

Resumo das Principais Práticas Contábeis**a. Caixa e Equivalentes de Caixa**

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente, por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para as sociedades de economia mista da Administração Federal. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data deste Balanço, não excedendo o valor de mercado.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extramercado de renda fixa, em Títulos do Tesouro Nacional e CDB/RDB de emissão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e em Fundo de Investimento I Multimercado, destinados a acolher investimentos exclusivamente de pessoa jurídica integrante da Administração Federal Indireta, cuja carteira do Fundo é composta por títulos federais, em operações finais e/ou compromissadas e operações em mercados derivativos que serão utilizados para proteção, posicionamento e/ou alavancagem de sua carteira.

b. Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade ao saldo do imposto de renda pago a maior, imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras e outros, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social

A partir do exercício de 1998, a Companhia deixou de efetuar registros contábeis dos ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, dada a incerteza de suas recuperações futuras, ocasionada pelo processo de desestatização e a iminência de liquidação da TELEBRAS. A Companhia voltará a registrar contabilmente tais ativos em função do normal cumprimento de suas novas atividades. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base em suas alíquotas efetivas sobre o lucro real e considera a compensação de

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real, nos termos da lei.

d. Ativos Realizáveis - Créditos

Representados preponderantemente por (1) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não reconhecidos como despesas na Companhia e sim como um direito a receber e (2) aplicações em ações de companhias abertas e títulos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM avaliadas pelo valor de mercado, conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

e. Demais Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

São apresentados pelo valor provável de realização na data do Balanço.

f. Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial, assim como as participações societárias em empresas controladas e coligadas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora. Também com base no método de equivalência patrimonial, os investimentos são contabilizados no Balanço Patrimonial ao custo, ajustados periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado de equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Os ganhos e perdas não realizados em transações entre controladas e coligadas e a Companhia são eliminados proporcionalmente à participação nestas empresas. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da Controlada e da Coligada.

g. Redução do Valor Recuperável dos Ativos

O saldo do imobilizado, do investimento e de outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perdas nestes ativos. Analisados individualmente, a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2013.

h. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição. Não obstante, a TELEBRAS concluiu o processo de contratação de empresa especializada para levantamento e adequação de seu

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

imobilizado, trabalho que está em andamento e possibilitará torná-lo aderente às normas específicas do setor de telecomunicações. Consequentemente, os créditos tributários de ICMS (Controle de Crédito de ICMS sobre Ativo Permanente - CIAP) serão apurados em conformidade com as normas legais, a fim de permitir à Companhia a sua utilização nos futuros pagamentos do mesmo imposto, a partir das notas fiscais dos serviços prestados nas diversas unidades da Federação.

i. Intangível

Refere-se a direitos de uso de software e a licenças regulatórias. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. As licenças regulatórias são amortizadas pelo seu prazo de vigência, contratado junto ao órgão regulador. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, baseado em projeções de benefícios econômicos futuros e não supera o prazo de cinco anos. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

j. Provisões e Obrigações Trabalhistas

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais.

k. Provisões para Contingências

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda das ações judiciais em andamento, efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRAS na data do Balanço.

l. Planos de Benefícios Pós-emprego

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência.

m. Demais Passivos Circulantes e Exigíveis a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do Balanço.

n. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

o. Receitas (despesas) Financeiras

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais, encargos sobre obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

p. Resultado Líquido por Ação e Valor Patrimonial por Ação – VPA por Unidade de Ações

Em 31/12/2013 e 31/12/2012 o Resultado Líquido por Ação e o Valor Patrimonial por Ação - VPA por Unidade de Ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do Balanço Patrimonial, sendo 97.437.783 (líquida de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 118.440.782 ações.

q. Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC - e Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 e reflete as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC 09 – DVA. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis Individuais. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – DVA. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento de aquisição e os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos), pelas retenções (encargos de depreciação e provisão para contingências) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, governo (tributos), remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs***10.6. CONTROLES INTERNOS RELATIVOS À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – GRAU DE EFICIÊNCIA E DEFICIÊNCIA E RECOMENDAÇÕES PRESENTES NO RELATÓRIO DO AUDITOR******10.6. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS:******a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.***

A Companhia adota práticas de governança corporativa com o objetivo de garantir os melhores procedimentos e controles internos de seus processos, assim como busca garantir a ampla transparência de suas atividades por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Trimestrais; (ii) Fatos e Atos Relevantes; (iii) Relatórios Anuais; (iv) arquivamentos realizados perante a CVM e BM&FBovespa; (v) sua página na internet; e (vi) relações com investidores, assessoria de imprensa e demais canais de divulgação, com objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados por meio do Conselho de Administração, e as responsabilidades dos membros da Diretoria Executiva.

A Administração concluiu pela eficácia do ambiente de controle da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras.

A TELEBRAS adquiriu e está implantando um sistema de Gestão Integrada – SGI, que implicará na maior automação de seus processos, rotinas e procedimentos, dando maior confiabilidade aos controles internos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não se aplica. Os auditores independentes não apontaram deficiências ou recomendações.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados***10.7. DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO E EVENTUAIS DESVIOS******10.7. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE ASPECTOS REFERENTES A EVENTUAIS OFERTAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS:******a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados***

Não se aplica, já que a Companhia não promoveu ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, conforme descrito na alínea "a".

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pelo mesmo motivo descrito na alínea "a".

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios***10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS******10.8. ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA:***

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam devidamente registrados e avaliados em seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante***10.9. COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS******10.9. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8:***

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.